

REFLEXÕES SOBRE AS PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO DO ANALISTA*

REFLECTIONS ON THE PARTICULARITIES OF THE ANALYST'S TRAINING

Flávio Carvalho Ferraz¹

Resumo: O artigo trata do tema da transmissão e formação em psicanálise. Através de uma argumentação alicerçada em autores clássicos e contemporâneos, promove uma discussão quanto aos fundamentos epistemológicos que envolvem o objeto da psicanálise, o fazer analítico, a formação do analista e as condições institucionais que permitem seu funcionamento. Conclui-se que é preciso manter um caráter pluralista das instituições psicanalíticas, combatendo a tirania de uma teoria única, “boa” ou “perfeita” em psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise. Transmissão. Formação. Pluralidade.

Abstract: The article deals with the topic of streaming and training in psychoanalysis. Through an argumentation based on classical and contemporary authors, it promotes a discussion about the epistemological foundations that involve the object of psychoanalysis, the analytic doing, the training of the analyst and the institutional conditions that allow it to function. We conclude that it is necessary to maintain a pluralistic characteristics of psychoanalytic institutions, fighting against the tyranny of a unique theory, “good” or “perfect” in psychoanalysis.

Keywords: Psychoanalysis. Streaming. Training. Plurality.

Em primeiro lugar, agradeço a acolhida calorosa que estou tendo aqui na SIG.

Pretendo abordar um tema de que já tratei com maiores detalhes num encontro sobre a formação psicanalítica, realizado no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, no ano de 2008. Esse encontro reuniu numa mesa representantes de três instituições de formação que, ao que me consta, nunca haviam sentado antes para debater essa questão.

Fui escolhido para representar o grupo de professores do nosso Departamento neste debate, e minha tarefa foi a de produzir um texto que refletisse, numa certa medida, o modo como nós, naquela instituição, concebemos a transmissão da psicanálise e a formação psicanalítica. Participaram desse encontro Marina Massi, representando a SBPSP², e Antônio Quinet, do Rio de Janeiro, representando o pensamento lacaniano. O debate foi muito interessante porque havia, de fato, três posições distintas e firmes em jogo: a posição oficial da IPA³, com todas as suas regras para a formação, análise didática, etc., a posição lacaniana e a posição intermediária da casa, crítica a ambos os sistemas.

O que direi aqui sobre essa questão é fruto de reflexões e discussões que

¹Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, livre-docente pelo Instituto de Psicologia da USP, autor de vários livros, idealizador e diretor da coleção “Clínica Psicanalítica”, publicada pela Pearson, e da série “Psicanálise Contemporânea”, pela Editora Blucher. ferrazfc@uol.com.br

*Texto revisado e ampliado a partir de mesa proferida em março de 2017 na Sigmund Freud Associação Psicanalítica.

temos levado entre os membros do Departamento de Psicanálise do Sedes, no qual estou inserido, mas reflete sobretudo minhas convicções pessoais.

De acordo com o nosso ponto de vista, o termo “transmissão” diz respeito à aquisição dos conceitos da psicanálise que é, a um só tempo, intelectual e analítica. A palavra “formação”, por sua vez, designa um processo mais abrangente, que se refere à totalidade do processo, em sua extensão temporal e em suas relações com as instituições que a promovem.

Num trabalho sobre a “formação”, Bernardo Tanis (2005) – que se tornou presidente da SBPSP em 2017 – aprofunda-se nessa diferença. Em sua opinião, a palavra “transmissão” remete-nos a um processo que se dá nas sociedades tradicionais em geral, não se restringindo às sociedades psicanalíticas. Este termo aplicar-se-ia ao ofício quando associado, num registro vertical, às ideias de autoridade e valor. Dessa maneira, o conceito teria um vértice “religioso” que promove uma ilusão de segurança ontológica a quem adere a um dado modelo, podendo, assim, inibir a ousadia e a criatividade. No Sedes, por exemplo, muitas vezes adotamos a palavra “transmissão”. E Tanis faz essa crítica como alguém situado na IPA, mas que defende um modelo distinto do tradicional de sua instituição, que pode resvalar na produção de um sistema de autoridade e de saber que se impõe sobre o candidato, o aprendiz ou o formando. Por outro lado, o termo “formação” privilegiaria o aspecto processual do “vir a ser” analista, com todos os conflitos, dificuldades, necessidades, transformações que o processo comporta. No entanto, Tanis admite também que “formação” pode se confundir com “formatação”. Ou seja, correm-se riscos semelhantes em ambos os casos.

Entendo que um projeto institucional de formação tem que se alicerçar em fundamentos epistemológicos que envolvam o *objeto* da psicanálise, o fazer analítico, a formação do analista e as condições institucionais que permitam seu funcionamento. Dessa forma, sendo coerente, meu relato está teoricamente fundamentado em nossa experiência institucional, a partir do chamado “tripé” analítico. Este tripé compõe-se de elementos organicamente articulados, regidos por um mesmo eixo interno, que vem a ser o elemento analítico que deve impregnar cada um deles, quais sejam: análise, formação teórica e supervisão. Além disso, soma-se a eles um quarto elemento, que seria a dinâmica institucional na qual a formação se dá.

Estou propondo que todos esses elementos sejam em si analíticos. Isso não quer dizer que cada um deles se reduza ou coincida com a análise propriamente dita. Mas como podemos promover uma formação em que todos os elementos do tripé tenham efeitos analíticos, sem que isso resulte numa forma “selvagem” de análise? Não cabe, numa situação de trabalho teórico, que alguém se comporte como analista do outro. Mas, no entanto, é possível pensar que elementos analíticos devam e podem estar presentes e presidir essa formação como um todo. Mas isso demanda um longo trabalho.

Nesse sentido, o rigor epistemológico a respeito do que é o *analítico* e do que é o objeto da psicanálise deve impregnar a constituição de uma associação formadora de psicanalistas. Quando pensamos com rigor epistemológico sobre o que diferencia a transmissão da psicanálise da transmissão em outras áreas, percebemos que o objeto que se apreende em cada uma das situações de formação varia profundamente.

Uma formação analítica *propriamente psicanalítica* é aquela em que a análise pessoal é o elemento número 1 do tripé, mas também em que a teoria

CONVIDADO

deve ser trabalhada de modo analítico, e não de modo exegético. O que se depreende do discurso de Freud, ao criar e desenvolver a psicanálise, é que ele inventa um novo objeto, que não mais é o objeto das ciências naturais nem da psicologia. Trata-se de um objeto até então inédito para o mundo da ciência, objeto a que podemos chamar de “psíquico”, que é peculiar à psicanálise. Não pode ser apreendido simplesmente pela experiência intelectual. Ou seja: não há meio puramente intelectual capaz de nos fazer apreender o objeto da psicanálise.

Acredito que a experiência da análise, da supervisão, da leitura e do trabalho do texto, numa formação com essa perspectiva, conduz a uma experiência analítica ampla. Essa posição, parece-me, está de acordo com a ideia muito interessante de Jean Laplanche (1992) de que o lugar da experiência psicanalítica não é exclusivamente o lugar da clínica. Ela se dá na clínica, certamente, mas também em outros lugares, como, por exemplo, na “psicanálise extramuros” e na própria teoria, o que é muito curioso. A teoria, em psicanálise, é em si mesma, uma experiência analítica, porque só pode ser formulada na medida em que seu objeto é este *psíquico* epistemologicamente fundado por Freud.

Freud buscou constituir uma ciência que tomasse de empréstimo pressupostos e fundamentos de ciências vizinhas, já existentes. Há uma longa consideração sobre isso, por exemplo, na abertura do texto *Pulsões e seus destinos* (1980c), em que ele mostra como a psicanálise poderia fazer como a física, por exemplo. Em *Além do princípio do prazer* (1980d) há uma tentativa de modelo retirado da biologia, mais precisamente da citologia. Existem outros momentos em que ele toma de empréstimo outros modelos, como o da eletricidade, ao dizer que o afeto “imanta” as representações do mesmo modo como uma carga elétrica imanta um objeto metálico. Antes disso, ele já havia tentado o modelo mecanicista. Estas tentativas se justificam porque Freud, que estava às voltas com o que fundamentaria o objeto dessa ciência nova que ele estava inventando, buscava legitimá-la por meio do recurso a outras ciências já consagradas.

No entanto, ele estava subvertendo completamente o modelo epistemológico dessas ciências, para criar um outro modelo do qual ele parecia ainda nem se dar conta, ao menos sob o ponto de vista da enunciação de uma epistemologia. Ou seja, o objeto a que chamamos “psíquico”, inventado por Freud, é um objeto que se distingue completamente daqueles das ciências da natureza.

Num trabalho sobre a epistemologia da psicanálise, Mezan (2002) aponta, comparativamente, quatro tipos de objetos possíveis na ciência. Em primeiro lugar, não hierarquicamente, estaria o objeto *natural*, aquele das ciências da natureza (por excelência, da Física). É o objeto que pode ser apreendido mediante a metodologia tradicional das ciências, com formas de conhecimento geradas a partir da observação, de experimentos, de replicação, de testagens, etc., ou seja, tudo aquilo que conhecemos quando estudamos psicologia experimental. Trata-se de um objeto que se supõe existir inapelavelmente na natureza.

O segundo tipo objeto, o *cultural*, é aquele que Durkheim (1973) buscou construir ao fundar um método para a sociologia, partindo do mesmo imperativo das ciências da natureza. Ele queria isolar o que chamava de “fato social”. Por exemplo, em seu estudo sobre o suicídio, ele considera que este é um fato social porque tem uma existência constatável. Em outras palavras, pode-se detectar sua existência como um fato da mesma maneira como se constata a existência da pedra, a célula ou a água. Assim, é possível tomar-se as metodologias de investigação das ciências da natureza e aplicá-las sobre o fato social. Uma

vez delimitado, o fato social estará lá, como a pedra. Ou seja, Durkheim buscava legitimar o estudo de um objeto cultural mediante o imperativo da ciência geral.

Sabemos hoje que essa transposição automática do método da ciência natural para a ciência social não perdurou. Uma vez ultrapassada a ideia de “fato social”, o objeto cultural passou a necessitar de uma outra epistemologia e de uma outra metodologia adequadas às suas peculiaridades e especificidades. Cada objeto, para ser conhecido e investigado, exige, então, métodos e fundamentos epistemológicos próprios e adequados.

O terceiro objeto seria o *ideal*, existente apenas como constructo teórico. É, por excelência, o objeto da matemática. Por exemplo: o número imaginário “*i*” (raiz quadrada de menos 1), de existência real impossível, mas que, no entanto, pode fazer sentido na estrutura de um cálculo; ou seja, ele pode ser funcional dentro da lógica de um pensamento matemático. Este seria, então, um objeto puramente ideal.

O quarto objeto seria este de que estamos aqui tratando, o *psíquico*. Desde o princípio de sua investigação, quando Freud supõe algo como o “inconsciente”, mesmo sem empregar este termo e tampouco o termo “recalcamento”, ele está em busca de um objeto que, em seu discurso manifesto, tinha – por imperativo – que estar na esfera das ciências da natureza. Vamos tomar, por exemplo, a teoria inicial do recalque nos “Estudos sobre a histeria” (BREUER; FREUD, 1980). Trata-se de algo que pode ser formulado assim: existe certa memória paradoxal de uma cena recalçada (leia-se: esquecida) que, quando for recordada, trará uma remissão dos sintomas.

No caso de Elizabeth Von R., os sintomas histéricos decorriam do fato de ela ter desejado desposar o cunhado que se tornara viúvo. A ideia de que ele estava livre para ela ocorre-lhe no momento em que sua irmã vem a falecer. Sua lembrança de ter tido tal ideia deu a Freud a prova concreta de que ele precisava para justificar sua teoria perante a ciência da natureza, a *Naturwissenschaft*. Quando ele descobre, por meio da análise de Elizabeth, que há uma representação, um traço mnêmico que ficara recalçado, ele encontra, então, uma espécie de materialidade causadora da histeria. Ele pode, enfim, oferecer à ciência a prova de que seu trabalho tinha fundamento. Ou seja, a representação recalçada “estava lá”, e ele a encontrou mediante o uso de seu método.

No entanto, na parte final dos próprios *Estudos sobre a histeria*, que é *A psicoterapia da histeria*, Freud afirma que tudo ia muito bem nos tratamentos até que a situação se complicava, quando a analisanda desenvolvia um amor pelo analista. Isso “atrapalhava” o sucesso do método. Ou seja, incidentalmente, ele falava do fenômeno da transferência. E, assim, a ciência natural que ele prometia fazer já não se aplicava de modo tão rematado. Laplanche (1992) utiliza a expressão “ilusão apofântica” para se referir a esse problema do suposto encontro da cena que explicaria a formação do sintoma. Falando sobre a teoria da sedução, ele esclarece:

[...] o tipo de factualidade em questão, ou, mais exatamente, o modo da realidade pesquisada na investigação analítica, é que é mal apreciado. Se a investigação analítica interpreta uma cena por uma outra, se as cenas traduzem-se umas às outras e se não há outro sentido a buscar senão aquele que uma primeira cena produzisse, cena essa que seria apofântica, [...] é evidente que não desembocaremos nesta cena oculta, totalmente revela-

dora, contendo em si mesma todo seu sentido sem remeter mais a outra coisa; de tal forma que a procura da primeira cena contendo todo o sentido da sequência só pode ser infinita e decepcionante. Trata-se, portanto, da questão do que é pesquisado pela investigação analítica. (LAPLANCHE, 1992, p. 123).

Freud, entretanto, ao se dirigir à investigação do que ocorre dentro do *setting* analítico — e *em função do mesmo* — inaugurou o conceito de um outro objeto, não mais da natureza, tampouco da cultura: era o *psíquico*, que também já se descolava do objeto da psicologia para ser, especificamente, o da psicanálise. É um objeto que não pode ser reduzido a nenhuma materialidade, até porque, a partir da teoria baseada na importância exclusiva do traço mnêmico, a psicanálise vai evoluir para a constatação da existência da transferência e da necessidade de sua interpretação. Portanto, na situação de análise, ao se instituir o *setting* analítico, a transferência é instituída por consequência. O *setting* cria artificialmente um campo sobre o qual o objeto psíquico vai se destacar. O objeto psíquico não se destaca do mesmo modo fora do campo da transferência — isto é, da análise — e, portanto, não pode ser reduzido a uma materialidade como um objeto natural que seria, por exemplo, uma memória esquecida ou recalçada.

Insisto nessa questão — de que o objeto psíquico só pode ser apreendido mediante a experiência analítica, uma vez que ele se constitui na situação criada pela instalação da análise por via da transferência — porque é daí que resulta a necessidade da análise pessoal como centro da própria formação psicanalítica.

Mas ela não basta, claro. Para dar conta do que fazemos quando estamos do lado de lá do divã, sentados na poltrona, é necessária uma reflexão teórico-epistemológica. Para que nos tornemos analistas, é preciso pensar também sobre o que podemos conhecer numa análise e de que forma podemos produzir esse conhecimento.

Se não houver clareza de que se trata do objeto psíquico, estaremos reproduzindo um modo de investigação alheio à própria psicanálise. E como ninguém nasce psicanalista — a maioria de nós é oriunda da Psicologia ou da Medicina — é uma tendência cultural natural que uma outra epistemologia tenha sido introjetada antes. Lacan (2005, p. 26) já apontava para essa questão, quando ao afirmar que os analistas que chegavam à formação vinham com “posições, posturas e expectativas que não são forçosamente analíticas”. Seriam referências extra-analíticas, muitas vezes “psicologizantes”, no seu dizer.

Hoje em dia, faz-se uma forte cobrança à psicanálise e a nós, psicanalistas, no que se refere ao objeto da psicanálise e a seus resultados clínicos: ela “funciona” ou não, afinal? Em contraposição, posicionam-se os argumentos apoiados em estudos e métodos de investigação das ciências médicas, da neurociência, da farmacologia, etc. Testes, experimentos, provas, contraprovas, grupos de controle, etc., não se aplicam ao objeto que a psicanálise busca. Nesse sentido, se não tivermos clareza da especificidade epistemológica de nosso objeto, nós nos perderemos nesse debate; ou então, ficaremos restritos à sua superfície e a ataques ingênuos, de parte a parte. A questão que se coloca é clara: para cada objeto, um método. E o método de encontro do psíquico jamais poderia reproduzir experimentos científicos ou traçar comparações de um caso com o outro. Isso não existe. O conhecimento psicanalítico não se dá por justaposição de casos com estudos experimentais, mas pelo aprofundamento de uma análise. Haja vista que os casos de Freud estavam mais para narrativas literárias.

Por isso, em psicanálise, o chamado “estudo de caso” é muito mais profícuo que a colocação de um caso ao lado de outro, como em um estudo no campo da psicopatologia. A experiência clínica mostra que o que nos leva a esse pensamento científico é quase uma exigência natural. No entanto, a nossa formação prévia praticamente nos impõe um outro modo de pensar. Nesse sentido, uma das tarefas mais difíceis, no trabalho da formação em psicanálise, é proceder a essa ruptura com a epistemologia, vamos dizer, “comum”. É preciso haver uma ruptura com os pressupostos de uma lógica científica, ou então, de uma lógica intuitiva natural que pode nos levar a atuar de forma mais ingênua ou com menos consequência.

Produzir essa inversão epistemológica é um trabalho central na formação. É somente por meio da experiência da análise e da clareza epistemológica que podemos entender o que significam coisas banais, como, por exemplo, não responder a demandas de um analisando. Quando passamos a dominar essa necessária “recusação”⁴, que é a recusa do analista em relação à demanda, aprendemos a ver o momento em que o objeto psíquico que se destaca na situação analítica.

Em resumo, quando se pretende trabalhar com os efeitos analíticos de todas as situações daquele “tripé de quatro pés” – melhor dizendo, “quadripé” – mencionado no início, trata-se de transportar uma experiência própria da análise para o estudo teórico.

Isso exige uma leitura de Freud e de outros autores que vai além da leitura puramente filosófica ou exegética. A obra de Freud pode muito bem ser lida nessa chave, havendo muitos trabalhos que fazem a exegese de seus textos. O tema da negação, por exemplo, tem sido muito trabalhado pela filosofia hoje em dia. Um dos focos do nosso trabalho de formação é, justamente, extrair dessas leituras aquilo que Laplanche chama de experiência psicanalítica presente na teoria.

Reafirmando que o objeto psíquico surge apenas em situação de análise, é preciso lembrar que Freud define a transferência como “resistência” ao trabalho e como reprodução, diante do analista, de situações objetivas arcaicas. Na década de 1930 e no começo da década de 1940, Ida Macalpine, uma autora pouco conhecida, mas muito interessante e referênciada a Laplanche para o tema da transferência, escreveu um artigo clássico em que radicaliza a ideia de que, na verdade, a transferência é uma situação criada pelo *setting* analítico. Ela se distancia da ideia de “reprodução” para afirmar que o *setting*, em si mesmo, institui uma nova forma de contato entre analista—analisando e que, sendo uma conversa assimétrica em que a regra fundamental é que tudo seja dito ali dentro, cria-se uma espécie de jogo. Macalpine (1972) não o diz assim, mas penso que se trata de um jogo de linguagem wittgensteiniano, um jogo novo, diferente, em que se faz uso da palavra de uma outra maneira, com uma nova regra.

Grosso modo, a ideia dos jogos de linguagem de Wittgenstein (1975) contém uma comparação da linguagem com um jogo de baralho. Funciona assim: com as mesmas cartas de baralho, desde que os dois lados partilhem as regras, pode-se jogar jogos totalmente diferentes. O mesmo se dá com as palavras: com elas se fazem diversos jogos de linguagem. Wittgenstein não é um autor que privilegia a semântica, como outra tradição da filosofia da linguagem que se volta ao significado, mas ele pensa no uso que se faz da linguagem.

Voltando a Laplanche e às ideias de Macalpine, a instituição de um *setting* não deixa de ser uma instituição de um jogo novo para o sujeito. A situação

CONVIDADO

analítica se torna um campo profundamente peculiar e diferente de tudo que existe para além da porta do consultório. É uma situação em tudo estranha, criada artificialmente. No entanto, foi a situação que Freud inventou para a aparição do que ele viria a chamar de *neurose de transferência*, em que uma nova experiência se inaugura e permite a emergência do objeto psíquico. Já não se trata mais, então, de um objeto da natureza, que ali estava, e que pode agora ser entrevisto por força das luzes que se jogam sobre o passado: trata-se de um objeto novo, produzido no presente, a partir das marcas do passado, até mesmo de um passado imemorial.

É preciso que fique clara essa diferenciação entre esse objeto psíquico, que se dá na transferência, daquele objeto primeiramente teorizado por Freud como objeto de “busca”, como nas escavações arqueológicas. Também o conceito de “cura”, por isso mesmo, terá que ser redescrito.

Na literatura lacaniana há uma radicalização interessante nessa questão do objeto, na medida em que o inconsciente é totalmente desmaterializado. O inconsciente, que se encontra na sessão analítica, é um efeito de linguagem a partir do encontro do analista com o seu analisando (analisante, na terminologia lacaniana). Nesse jogo de linguagem alguma coisa se produz: um *dito* veicula uma estranheza naquele que o pronuncia. Quando ocorre um ato falho, por exemplo, o analisando para imediatamente. E, na outra ponta, no analista, produz-se a interpretação. Então, o inconsciente seria esse efeito que acontece dentro de um jogo de regras: ele é um efeito da linguagem. Ora, isso corresponde, inequivocamente, a uma desmaterialização do inconsciente.

Há uma grande distância entre isso e a ideia original de Freud de que o inconsciente possui a materialidade de traço mnêmico: trata-se de uma representação recalçada, portanto esquecida. Uma das mais importantes contribuições de Lacan para a psicanálise é exatamente a radicalização dessa desmaterialização. Epistemologicamente ele faz muito pela psicanálise, ao apresentar um Freud descolado das ciências da natureza, de um modo como nem mesmo o criador da psicanálise queria se caracterizar em sua qualidade de cientista. Pelo contrário!

Posteriormente a Lacan, Laplanche produz uma teoria diferente e própria, em que critica essa posição lacaniana sobre a natureza do inconsciente e, portanto, do objeto psíquico. Para tanto, retoma Freud e cuida de não deixar que a materialidade do inconsciente se perca completamente. Contudo, a matéria do recalçado primário é inefável: só há acesso possível a marcas subsidiárias do recalque primário. Ou seja, na análise trabalha-se com reverberações ou repercussões do recalque primário, por meio da instalação do *setting*, que reproduz a sedução primária, engendradora da pulsão. Os estudos de Freud sobre a histeria são demonstrações disso. Se Laplanche discorda dessa imaterialidade total que Lacan introduz no objeto analítico ou psíquico, ele, no entanto, não volta ao “otimismo” epistemológico da rememoração real, presente na utopia inicial de Freud em seu apego à *Naturwissenschaft*. Laplanche opta pela posição intermediária, tratando de cadeias associativas em que o objeto psíquico é tomado, metaforicamente, por uma outra coisa.

A transferência ocorre na situação analítica por força da instalação do *setting*, mediante o acordo contratual entre o analisando que fala e o analista que escuta. Ali se constitui o campo fértil para a reverberação do recalque originário, reproduzido na relação analisando/analista pela similaridade que esta comporta com a situação original da relação bebê/mãe. Em outras palavras, há

algo que se cria dentro da sessão, que só pode ocorrer mediante transferência e que não pode mais ser confundido com o objeto a ser reproduzido *tal e qual* um objeto da natureza. Trata-se, pois, da criação de uma nova situação dentro de um jogo de linguagem.

Qual a peculiaridade desta posição teórica de Laplanche? Penso que ela se dá porque ele buscou encontrar o objeto psíquico no *interior da própria experiência psicanalítica*, criticando os modelos mecanicistas utilizados por Freud na tentativa de aproximar suas teorias dos métodos das ciências naturais, por vezes semelhantes às descrições da hidráulica ou da elétrica, com acúmulos de tensões e alívios de prazer, com cargas e descargas afetivas. Ao mesmo tempo, voltando a Freud, Laplanche faz uma crítica à reformulação lacaniana do inconsciente estruturado como linguagem porque, em sua visão, o inconsciente é exatamente o que “não” se estrutura como linguagem. Freud distingue a representação de coisa da representação de palavra, colocando claramente a primeira como algo inconsciente que, ao se tornar consciente, transforma-se em representação de palavra.

[PERGUNTA]

A partir da ideia de que a apreensão do objeto psíquico é feita por meio da situação de transferência, qual é a distinção entre os termos “recusação” e “recusa”?

[FLÁVIO]

“Recusa” é a tradução para o termo alemão *Verleugnung*, que se usa no caso do mecanismo da perversão. Já o neologismo “recusação” traduz a palavra *Versagung*, que aparecia em Freud já no “Projeto para uma psicologia científica”, de 1895. Este último se refere à frustração imposta pela mãe no não atendimento da demanda, a partir do qual advém a consciência.

[PERGUNTA]

É muito comum essa posição, mais em voga hoje em dia, de que o analista deve atender a demanda, dando o que o analisando precisa. Se existe um sofrimento, se a organização psíquica é precária, então o analista não deve frustrar essa demanda. Ele tem que ocupar esse lugar de quem tem algo a oferecer. Porém, nesse sentido, como fica a questão da frustração?

Outra coisa: A situação de transferência e a possibilidade de apreensão do objeto psíquico se dão pela “recusação”? Ou seja, se dão pela impossibilidade de o analista formular alguma coisa ou de se colocar? Ou, enfim, pela necessidade de ficar neste lugar que poderíamos chamar de *abstinência*?

[FLÁVIO]

É preciso pensar no cuidado com alguns conceitos. Melanie Klein cunhou o conceito de “continência”, que antecedeu as ideias de “*rêverie*”, em Bion, e de “*holding*”, em Winnicott. Todos esses conceitos dizem respeito a formas de cuidado analítico que, não necessariamente, redundam em atendimento da demanda. É importante nos atermos à essência do conceito, para não cairmos na estereotipia.

CONVIDADO

Há quem entenda, por exemplo, que não atender a demanda do analisando seria equivalente a praticar uma espécie de “falta de educação” para com ele. Mas essa é uma forma muito superficial de se compreender a questão.

É claro que é possível, dentro da continência, da *rêverie* ou do *holding* proceder à *Versagung*, que tem o mérito de definir que o campo analítico, além de se caracterizar pelo não atendimento da demanda, também se distingue da pedagogia.

Tomemos o seguinte exemplo, tirado do próprio Laplanche. Um analisando, que sempre chega atrasado, diz que isso se dá em virtude dos horários dos trens. O analista poderia iniciar uma discussão pedagógica, fora da *Versagung*, dizendo: “É melhor você organizar seus horários assim: se o trem parte às 8 horas e você demora meia hora de sua casa até a estação, é melhor você sair de casa antes das 7 e meia”. Analista e analisando poderiam discutir, em vão, o quadro dos horários dos trens, no sentido de estabelecer uma reeducação do analisando. Há, inclusive, técnicas cognitivas que trabalham dessa forma. Mas conversar, nesse plano, seria fugir da *Versagung*. Para nós, encarar o problema desta forma implica permanecer no plano da “conservação”, fora do pulsional. Em outras palavras, seria crer, ingenuamente, que a questão do analisando se referia, de fato, a horários dos trens. A psicanálise busca estabelecer um outro sentido, aquele que está velado pela transferência.

Assim, essa “não resposta” analítica não significa apenas silêncio: significa responder sempre subvertendo o nível pedagógico ou o nível da conservação em direção ao nível da pulsão. Fábio Herrmann (1991) diz algo mais ou menos assim: a técnica da psicanálise se baseia numa “falta de educação analítica”, que seria o não atendimento sistemático da demanda. O analisando pergunta uma coisa e o analista responde outra, ou seja, *interpreta*.

[PERGUNTA]

Resumindo: o inconsciente, a pulsão e a atualização da temporalidade requerem um método, que implica a “recusação”, mas também a associação livre e a atenção flutuante. Ou seja, em psicanálise trabalha-se com o inconsciente e com sua atemporalidade, e não com o cognitivo.

[FLÁVIO]

Exatamente. É difícil, mas necessário, que, na formação analítica, ocorra a subversão dessa ideia de “resposta” como sendo “ajuda”. Do ponto de vista epistemológico, o que está em questão é a subversão da escuta, experiência fundamental para tornar-se analista. Mas é natural que essa passagem demande trabalho, uma vez que, na experiência comum, as pessoas travam contato com outro objeto epistêmico. Desde as primeiras letras, aprende-se a pensar por meio de um modelo baseado na ciência da natureza. Ninguém começa pela psicanálise, e nem poderia ser assim!

[PERGUNTA]

É muito interessante, e nem um pouco ao acaso, que tal discussão apareça no contexto da transmissão e da formação analítica, porque esse é, justamente, um dos principais nós a serem desatados por quem se dedica a essa tarefa. É preciso mostrar qual é a diferença entre atender a um objeto psíquico e, ao

mesmo tempo, não atender à demanda. E compreender que isso não tem a ver, necessariamente, com rigidez. A maior dificuldade para a transmissão da psicanálise é mostrar que se trata de trabalhar dentro de um método que diz respeito a um objeto psíquico bem específico.

[FLÁVIO]

Muitas vezes confunde-se o que é da ordem da escuta e do método, que são analíticos, com o que é da ordem de uma certa “etiqueta” imposta pela cultura psicanalítica. É um equívoco acreditar que o que determina o enquadre autêntico são recursos concretos, tais como colocar ou não quadros muito coloridos na parede, atender de terno cinza ou roupas clássicas de cores neutras, esticar ou não a mão em cumprimento ao analisando, etc. Essas são atitudes extrínsecas ao método. Não constituem necessariamente condição de escuta, que só pode estar referida ao “enquadre interno” do analista, como quer André Green (2012). Uma vez estabelecido o enquadre interno, que tem seus fundamentos no que é simbólico, e não material, esticar ou não a mão para o analisando deixa de ser relevante.

[PERGUNTA]

Gostaria de entender um pouco mais a dinâmica da instituição na base do que você chamou de “quadripé”.

[PERGUNTA]

Gostaria de acrescentar nessa discussão o papel da clínica da instituição. Talvez não haja lugar mais privilegiado para a clareza desse objeto psíquico e para o exercício da internalização do enquadre que as vivências em uma clínica institucional. Há uma série de regras coletivas, para que todos possam compartilhar o espaço de trabalho, e que são essenciais para a convivência. É ali, onde todos são regidos pelas mesmas regras, que melhor se tem a dimensão do quanto todos estão sob mesmo enquadre, ainda que em condições diferentes, como analistas ou analisandos. É aí que entra a “recusação” e o enquadre interno. Nesse sentido, qual seria o lugar disso na formação ou na transmissão?

[FLÁVIO]

Essa é exatamente a questão e a importância do “quarto pé”: De que modo a instituição psicanalítica pode prover um ambiente que também provoque efeitos analíticos? É isso que, de forma essencial, distingue uma instituição de transmissão da psicanálise de uma instituição de ensino, cujo objeto é outro, que não o que aqui estamos tentando delimitar com o *psíquico*. Fundamentalmente, deve existir uma certa disposição entre pares, em que a assimetria entre coordenadores, supervisores e supervisionandos não reproduza a situação clássica de saber e não saber. Esta é a principal distinção, na medida em que o mais difícil para o analista é aprender a “saber não saber”. Pode parecer um jogo de palavras, mas é exatamente disso que se trata. Convém que supervisores e coordenadores não saibam demais, neste sentido, sobre o objeto que se depreende do trabalho da psicanálise. Claro, não estamos falando do objeto do saber propriamente dito, como, por exemplo, em que texto de Freud

CONVIDADO

se encontra um certo conceito ou em que ano ele o escreveu. No caso, isso não é o mais importante. Trata-se de privilegiar uma outra *posição* de escuta.

Regina Schnaiderman (1988), que foi fundadora do Curso de Psicanálise do Sedes Sapientiae, sugere algumas respostas para esse assunto. Ela nos legou um escrito, bastante denso e sucinto, que é importantíssimo para essa discussão. Tem a ver com a ideia da posição do formador na instituição. Ela ali diz o seguinte: “Sabemos que: 1) o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2) a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*” (1988, p. 13).

Logo no segundo item, ela já apresenta um problema epistemológico: ao dizer que “reencontrá-lo *in vivo*”, na situação analítica, é uma necessidade mútua, tanto para um como para outro, ela elimina todas as outras exigências da ciência natural ou da cultura. Trata-se de uma experiência cujo objeto a ser encontrado é compartilhado; é um objeto a ser encontrado ao mesmo tempo por ambos, analista e analisando.

E prossegue:

[...] 3) isto [o saber do analista] o diferencia do que seria, por exemplo, o saber matemático. [...]; a respeito deste sujeito particular com o que me enfrento, eu não conheço nada: o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar a este conhecimento; 4) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração de seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer. (SCHNAIDERMAN, 1988, p. 13).

Com alguma criatividade, podemos transpor um pouco deste imperativo para o trabalho na instituição, à medida que temos uma peculiaridade no objeto que não é mais o objeto do saber. Lembrando que Laplanche coloca a experiência psicanalítica também presente na teorização, conclui-se que só pode haver uma metapsicologia que não seja exatamente uma metafísica. Falando diretamente, a metapsicologia é filha direta da experiência psicanalítica, e serve para nos auxiliar na escuta. Do contrário, ela não teria nenhuma serventia para o ofício do analista.

Schnaiderman (1988, p. 13) prossegue:

O saber psicanalítico tem a curiosa característica de ser um primoroso não saber, e qual seria sua fonte? As fontes seriam: “1) os textos de Freud, sim, mas isto não basta; 2) o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isto também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar. Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Este é um dos paradoxos da psicanálise”.

Por isso é comum que se diga, às vezes em tom de brincadeira, que este é o ofício impossível, a transmissão impossível. A formação psicanalítica é da ordem do impossível. Mas a concepção do tripé, ou melhor, do quadripé, provém da ideia de uma solidariedade entre elementos em que necessariamente cairíamos “de paraquedas”, como se costuma dizer.

No que concerne à questão dos dispositivos institucionais, que dão supor-

te à instituição de formação, gostaria de finalizar fazendo menção ao trabalho de três analistas que pensaram sobre esse tema.

Renata Cromberg (2005, p. 118), por exemplo, diz que: “[...] o que está em jogo é um enquadre de formação que permite propiciar um enquadre interno em que o analista se sensibilize para a singularidade”. Além disso, acrescento, os dispositivos garantirão minimamente que o ambiente tenha em si mesmo, efeitos analíticos de não alienação do sujeito nos ideais instituídos.

Ou seja, sabendo que é impossível existir uma instituição perfeita, colocam-se várias dúvidas. Como fazer para que a instituição abdique do autoritarismo dos ideais instituídos? Como fazer para que a instituição permita o aparecimento e o desenvolvimento das singularidades? Como incentivar a liberdade de pensamento se a supervisão estiver baseada em julgar interpretações como “certas” ou “erradas”? Como trabalhar analiticamente as razões que nos levam a enfrentar a transferência de uma forma ou de outra, diferentemente da análise? Usando com liberdade um conceito de Winnicott, Cromberg (2005, p. 118) afirma que uma instituição “suficientemente boa” é aquela que *forma*, e não que “formata” ou “deforma”.

Luís Carlos Menezes (1994), que já foi do Departamento de Psicanálise do Sedes e hoje está na SBPSP, fala deste acolhimento como um *holding* que deve ser oferecido pela instituição. Para ele, “uma instituição tem que ter, para a formação, uma função equivalente à do enquadre numa análise” (MENEZES, 1994, p. 112). O enquadre seria:

[...] não só constância no lugar/tempo, como também a atitude do analista, sua disponibilidade para manter-se não só como continente de projeções, como, mais amplamente ser suporte das transferências. Uma das dimensões da transferência corresponde, em algum nível, à confiança, à possibilidade de acreditar no outro (tanto no sentido de dar crédito como no de crença). (MENEZES, 1994, p. 112).

Funcionar como *holding* não significa, entretanto, uma desatenção em relação ao risco das alienações. É imperioso cuidar para que não se estabeleçam vínculos dogmáticos com a instituição, bem como com as análises, as supervisões e as teorias, o que poderia resultar em alienação.

Tudo isso também tem a ver com uma certa concepção do trabalho de análise, da interpretação das transferências e, particularmente, do fim de análise. Há quem diga que o fim de análise se dá quando o analista deixa de ser idealizado, ou quando a transferência se esgota. No entanto, o narcisismo de muitos analistas leva a uma situação em que a idealização não apenas não é cortada, como pode se perpetuar cada vez mais. Inspirados em Winnicott, podemos dizer que, se o analista não for um objeto transicional a ser descartado, não podendo suportar a ferida narcísica necessária para que isto se estabeleça, ele tende a se perpetuar indefinidamente.

Alguns julgam que produzir a desidealização seja fazer uma intervenção no nível da demanda. Mas não creio que as coisas tenham que se passar necessariamente assim. Penso que o fim da análise começa na primeira sessão; trabalho pensando em possibilitar a desidealização desde o princípio.

Uma das disposições mais caras para mim é a manutenção do caráter pluralista da instituição. É preciso manter esse caráter pluralista, combatendo a tirania de uma teoria única, “boa” ou “perfeita” em psicanálise. Isso é pri-

CONVIDADO

mordial. Uma instituição que seja profunda e unicamente lacaniana, kleiniana, bioniana ou winnicottiana tende a produzir a alienação. Que lugar se destina ao discurso do outro?

Para encerrar, cito um trecho de uma entrevista de Silvia Alonso (2001, p. 132) à revista *Percurso*, que sintetiza muito bem o que tentei dizer aqui, e que serve como conclusão perfeita para os argumentos que desenvolvi:

Colocar-se como seguidor de alguém, considerar-se freudiano, bioniano ou lacaniano, traz a preocupação com a fidelidade a um texto, a um autor, e este não me parece o melhor lugar para um analista. Manter-se como analista na experiência da escuta, coloca-nos em um lugar difícil. Um lugar no qual se deve suportar as transferências, um contato permanente com a incerteza, com a irrupção do desconhecido, com o que é do processo primário, e do funcionamento associativo. E isso traz conseqüências para a relação que se tem com as teorizações. Acredito que muitos analistas, para lidar com o equilíbrio instável que se vive na clínica, buscam certa estabilidade narcísica atribuindo a um autor ou a um pensamento a totalidade do saber, mantendo uma relação de fidelidade e absoluto dogmatismo. Com isso, correm o risco de se converterem em meros repetidores.

NOTAS

² Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, filiada à IPA.

³ International Psychoanalytical Association.

⁴ Neologismo criado pela tradutora Cláudia Berliner para o termo francês *refusement*, que, por sua vez, traduz o alemão *Versagung* (LAPLANCHE, 1992).

REFERÊNCIAS

ALONSO, S. A construção do analista (Entrevista). *Percurso*, a. XIV, n. 27, p. 127-138, 2001.

BREUER, J.; FREUD, S. Estudos sobre a histeria. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. II.

CROMBERG, R. U. Diálogos com Regina Schnaiderman (Debate). *Percurso*, a. XVIII, n. 35, p. 115-119, 2005.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980a. v. I.

FREUD, S. A história do movimento psicanalítico. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980b. v. XIV.

FREUD, S. O instinto e suas vicissitudes. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980c. v. XIV.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980d. v. XVIII.

GREEN, A. A clínica contemporânea e o enquadre interno do analista. Entrevista realizada por Fernando Urribarri. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 46, n. 3, p. 215-225, 2012.

HERRMANN, F. **Clínica psicanalítica**: a arte da interpretação. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LACAN, J. **O seminário**. Livro 10: A angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MACALPINE, I. L'évolution du transfert. **Revue Française de Psychanalyse**, v. XXXVI, n. 3, p. 443-474, 1972.

MENEZES, L. C. O departamento e o curso na formação de seus analistas (Entrevista). **Percorso**, a. VII, n. 12, p. 104-117, 1994.

MEZAN, R. Sobre a epistemologia da psicanálise. In: **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHNAIDERMAN, R. Política de formação em psicanálise: alinhando algumas anotações de leitura. **Percorso**, a. I, n. 1, p. 11-14, 1988.

TANIS, B. Considerações sobre a formação psicanalítica: desafios atuais. **Percorso**, ano XVIII, n. 35, p. 29-36, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).